

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A INCLUSÃO¹

Cesar Bresolin SALVARO¹. Denise Macedo ZILLOTTO¹

Universidade La Salle ¹.

cesarbresolinsalvaro@gmail.com; denise.ziliotto@unilasalle.edu.br

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle

Resumo

A pesquisa educação profissional e a inclusão de alunos com deficiência: a experiência dos cursos profissionalizantes de formação inclusiva do SENAI é desenvolvida no âmbito do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle. O projeto de dissertação já foi avaliado pela banca de qualificação e inicia coleta de dados, tendo como objetivo analisar a dimensão inclusiva da formação ofertada pela instituição, a partir de pesquisa documental e entrevistas com professores, técnicos e alunos. Trata-se de um estudo de caso descritivo, analisado a partir da triangulação das fontes, na perspectiva hermenêutica. Neste momento são explicitadas questões centrais da temática investigada, a partir de elementos advindos da revisão teórica que baliza a pesquisa.

Palavras-chave: Educação Profissional. Inclusão. Pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

O ser humano tem o direito de ser incluído no meio social desde o seu nascimento. Primeiramente, ele precisa ser genuinamente inserido em sua família. Em seguida, na escola, primeiro local que acontecem as relações sociais e, a partir disso, torna-se inevitável a comparação com os seus pares (DUQUE, 2008). A escola, além de proporcionar as relações sociais, possui um papel fundamental, no qual se constitui em um espaço organizado para a construção de atitudes, conhecimentos e habilidades, para o desenvolvimento de competências necessárias para o exercício da cidadania de maneira consciente e responsável (BOHNERT, 2017).

Diante das relações sociais que se estabelecem, pensar na inclusão escolar segundo Rech (2015) é algo urgente e necessário, principalmente na educação profissional. Oliveira (2016) afirma que além da formação inicial, todo cidadão tem o direito de buscar a capacitação a fim de ingressar no mercado de trabalho e atuar de forma que possa se estabelecer profissionalmente. Considerando este contexto, a investigação descreve a seguir norteadores teóricos acerca da temática relativa à inclusão no âmbito do ensino profissionalizante.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com objetivo de realizar um mapeamento teórico inicial a partir de produções científicas atinentes ao objeto de pesquisa – a educação profissional inclusiva – foram identificadas publicações nas bases de dados Scielo e Capes, e ainda livros a partir dos termos educação profissional e inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

¹ Este resumo faz parte da pesquisa de Mestrado em Educação de César Bresolin Salvaro no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle sob orientação de Denise Mace do Ziliotto.

Anjos (2006) argumenta que a educação profissional para pessoas com deficiência tem como objetivo promover o desenvolvimento de potenciais desses indivíduos, objetivando beneficiar o exercício pleno da cidadania. A inclusão de pessoas com deficiência em programas de educação para o trabalho supõe a ampliação de sua presença em escolas de ensino médio e profissionalizantes. Desta forma almeja-se a equiparação de oportunidades para todos, uma responsabilidade que deve ser assumida por toda a sociedade. A autora entende que é imprescindível avaliar como a proposta de inclusão escolar está saindo das leis e das teorias e constituindo-se na prática nas escolas. Em um país com tantas desigualdades sociais, a inclusão de pessoas com deficiência em programas de educação para o trabalho supõe o acréscimo dos espaços de presença destas pessoas em instituições de ensino profissionalizantes, médio e nas Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS).

Cunha (2011) argumenta que a educação é um fator primordial no processo de mudança, contribuindo para a escolha profissional, o ingresso no ensino superior, a inserção no mercado de trabalho e a melhora da autoestima dos alunos. A inclusão na educação profissional está além da aplicação de técnicas e recursos adaptados; trata-se de um processo histórico permeado por contradições e desafios constantes, a serem afrontados a partir de uma visão crítica sobre a realidade educacional, em prol da humanização de todos os alunos.

Sasaki (2010) descreve que o ensino profissionalizante era ofertado a partir de ações limitadas dos estabelecimentos especializados. O autor relata que as atividades de preparação e treinamento oferecidas em oficinas pedagógicas e em oficinas protegidas de fabricação eram centradas em treinar habilidades em cerâmica, tapeçaria, encadernação, entre outras atividades práticas e de pequenas complexidades de serem executadas, inclusive pelas pessoas com deficiência. Os objetos confeccionados pelas pessoas com deficiência nas oficinas eram vendidos em feiras beneficentes ou para empresas que contratavam os serviços laborais desses cidadãos, porém por tempo determinado. Estas práticas não sustentavam de fato uma qualificação e inserção profissional de qualidade.

Conforme Veltrone e Almeida (2010), mesmo que o acesso profissional da pessoa com deficiência seja realizado de acordo com as regras que regem o mercado de trabalho - como escolaridade, e competitividade e produtividade - entende-se que a formação profissional ainda precisa melhorar para, de fato, contribuir com sua efetiva inclusão. Para Rech (2015) a inclusão de jovens com deficiência no mundo do trabalho evoca a articulação entre a empresa e a escola. Para a autora, a inclusão é concebida em fluxo, ou seja, também pode ser pensada como uma estratégia de fluxo-habilidade, como a necessidade de qualificação, de responsabilização da sociedade e de mobilização social. É em razão desse movimento de fluxo, que a inclusão das pessoas com deficiência transcende a lógica da circulação que mirava movimentos de saída e retorno e recomenda que a inclusão aconteça em saída e fluxo contínuo. Esta dinâmica contribui para que os jovens com deficiência acessem a escola, e na sequência ingressem no ambiente de trabalho, e desenvolvam as habilidades necessárias nos dois contextos.

Dall'Alba (2016) ao investigar as ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), verificou que os professores demonstraram interesse em participar de ações que viabilizem a inclusão na educação profissional e tecnológica. Os resultados apresentam a necessidade de um planejamento mais efetivo, acompanhamento e avaliação na implementação das ações propostas pelo NAPNE, tendo em vista que o núcleo deve atuar em conjunto com os demais setores do campus. Carlou (2014) aponta que já vem sendo implementadas ações no NAPNE do Instituto Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da instituição, diferentes ações visando garantir a pessoas com deficiência o acesso à educação profissional e tecnológica, contemplando, entre outras estratégias, a ampliação da oferta de vagas para esse público.

Zanote (2011), em seu estudo sobre a avaliação de competências profissionais de aprendizes com deficiência, identifica que há um número baixo de contratações de egressos de

inclusão, o que costuma ser atribuído à falta de qualificação profissional deste público. Nessa perspectiva, a abordagem de competências vem sendo trabalhada pelas instituições de educação profissional. Entre as instituições de educação profissional existentes no Brasil, as mais conhecidas são as do Sistema “S”, destaca-se também a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e atua em todas as unidades da Federação. O autor refere que se faz necessária a integração da educação profissional às diferentes formas de educação e ao trabalho orientada para o desenvolvimento pleno do aluno e para o preparo não só para o exercício de uma atividade profissional, mas também para o exercício da cidadania. Reforça a necessidade de que o ensino médio seja a base para a educação profissional, integrando os saberes e sendo um complemento na formação do indivíduo. O autor salienta que as competências profissionais não se desenvolvem rapidamente, mas em processo contínuo, por meio de aprendizados e de experiências que subsidiam o crescimento e aprendizagem. Oliveira (2017) complementa que para o campo de educação profissional, caso haja a necessidade de mão de obra qualificada, poderia ser um estímulo para a procura e formação de pessoas com deficiência.

Lopes (2010) assinala a possibilidade de adequar componentes curriculares para o atendimento às necessidades dos alunos com deficiência como prática comum na ação pedagógica da escola, podendo ser revisados, adequados e enriquecidos sempre que houver a necessidade. A capacitação docente é de fundamental importância, quando se trata de educação inclusiva, especificamente para os alunos que apresentam alguma deficiência, considerando-se que muitos professores não tiveram, no seu processo de formação inicial, conteúdos curriculares que tratassem sobre o assunto. A autora complementa que promover adequações, não implica em reduzir ou eliminar aspectos dos conteúdos e dos objetivos curriculares, mas ajustá-los às condições de aprendizagem do aluno. A formação continuada para professores na educação Inclusiva levando em conta Políticas Públicas Educacionais e a formação inicial dos professores, ainda são acanhadas. Embora que efetivas, essas iniciativas poderiam auxiliar no enfrentamento das questões inerentes à inclusão em longo prazo. Existe uma urgência quanto a preparação de docentes para identificação de necessidades referente ao trato e recebimento de pessoas com deficiência que poderiam ser abrandadas com a formação continuada para docentes e gestores das organizações, para que novas percepções gerenciais, didáticas e pedagógicas possam ser trabalhadas, o que pode estimular o desenvolvimento criativo, social e emocional dos alunos (TOLEDO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo realiza um mapeamento inicial de fontes teóricas sobre a temática educação profissional e a inclusão. Os autores afirmam a importância da educação para as pessoas com deficiência como direito e acesso à cidadania e trabalho, oportunizando equidade social. Contudo, a oferta educativa precisa ser qualificada em várias dimensões, como na capacitação docente, na composição curricular e formação profissional, de modo a realmente ter efetividade enquanto ação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva.** 91 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2006.

BOHNERT, Gina de Oliveira Mendonça. **Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação.** 103 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências). Universidade de Brasília, 2017.

CARLOU, Amanda. **Inclusão na educação profissional: visão dos gestores do IFRJ;** 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Angélica Moura Siqueira. **Educação profissional e inclusão de alunos com deficiência:** um estudo no Colégio Universitário. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

DALL'ALBA, Jacira. **Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação:** contribuições do NAPNE do IFAM – Campus Manaus Zona Leste. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Campus Manaus Centro, 2016

DUQUE, L. F. **O agente de inclusão escolar no apoio a alunos com deficiência intelectual:** um estudo em escolas municipais de São Paulo. 162 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

LOPES, E. **Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual.** 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, 2010.

OLIVEIRA, D. C. S. de. **Formação técnica e a inserção do jovem e adulto no mercado de trabalho:** estudo na cidade de Guaratinguetá. 115 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional). Universidade de Taubaté, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Fábila Carvalho de. **Educação profissional de pessoas com deficiência: política e produção acadêmica, no Brasil, pós Lei 8.213/1991.** 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo, 2017

RECH, T. L. **Da escola à empresa educadora: a inclusão como uma estratégia de fluxo-habilidade.** 259 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SASSAKI, R.K. **Inclusão Construindo uma Sociedade para Todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

TOLEDO, Soraia Wanderosck. **Formação Continuada para Docentes:** Uma proposta de estratégias para o aperfeiçoamento das práticas de ensino com foco na inclusão educacional. 101 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

VELTRONE, A. A.; ALMEIDA, M. A. **Perfil da pessoa com deficiência no mercado de trabalho na cidade de São Carlos-SP.** Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 73-90, jan. /abr. 2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 28 de mar. 2019.

ZANOTE, M. A. **Avaliação de competências profissionais de aprendizes com deficiência:** um estudo de caso. 172 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.